

Rui Maia Diamantino
(Organizador)



As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena
Editora
Ano 2019

Rui Maia Diamantino

(Organizador)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309 1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

SUMÁRIO

I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

CAPÍTULO 1 1

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara
Lia Machado Fiuza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.9521903091

CAPÍTULO 2 13

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9521903092

CAPÍTULO 3 29

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa
Jéssica Hellen dos Santos Araújo
Severino Bezerra da Silva
Suelídia Maria Calaça
Márcia Albuquerque Alves

DOI 10.22533/at.ed.9521903093

II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 4 41

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos
Idorlene da Silva Hoepers

DOI 10.22533/at.ed.9521903094

CAPÍTULO 5 53

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
João Dehon da Rocha Junior
José Evangelista de Lima
Stenio de Brito Fernandes
Geraldo Mendes Florio
Eliane Cota Florio
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros
Débora Tereza dos Santos Meneses
Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903095

CAPÍTULO 6	63
ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM	
Maria Izabel Machado	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.9521903096	
III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE	
CAPÍTULO 7	87
ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE	
Roana de Jesus Braga	
Mariele Rodrigues Correa	
DOI 10.22533/at.ed.9521903097	
CAPÍTULO 8	98
FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE	
Alan Ehrich de Moura	
Heloisa de Freitas Pacifico	
Bernardino Fernández Calvo	
DOI 10.22533/at.ed.9521903098	
IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS	
CAPÍTULO 9	107
INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO	
Camila Morais da Rocha	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
João Dehon da Rocha Junior	
José Evangelista de Lima	
Geraldo Mendes Florio	
Eliane Cota Florio	
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros	
Débora Tereza dos Santos Meneses	
Francinilda Honorato dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9521903099	
CAPÍTULO 10	117
LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA	
Wilmar Borges Leal Junior	
Robert Mady Nunes	
Nailson Martins Dantas Landim	
Lucyano Campos Martins	
Haryson Huan Arruda da Silva Santos	
Delfim Dias Bonfim	
Douglas Ferreira Chaves	
Suzane Aparecida Cordeiro	
Helaís Santana Lourenço Mady	
DOI 10.22533/at.ed.95219030910	

CAPÍTULO 11	126
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.95219030911	
CAPÍTULO 12	138
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.95219030912	
CAPÍTULO 13	147
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
DOI 10.22533/at.ed.95219030913	
CAPÍTULO 14	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.95219030914	
V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS	
CAPÍTULO 15	169
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95219030915	
CAPÍTULO 16	184
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95219030916	
SOBRE O ORGANIZADOR	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA

Carmen Amorim-Gaudêncio

Professora Associada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Contato: Departamento de Psicologia – CCHLA – Bloco Humanístico. Campus I – Castelo Branco I João Pessoa – PB 58051-900 Fone: (083) 3216.7337 E-mail: camorimg@gmail.com

Reña Herbert Ramos da Silva

Discente PIVIC do Programa de Iniciação Científica da UFPB. Pesquisador do Laboratório de Avaliação e Intervenção Clínica Forense - LAICF Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: Os Agentes de Segurança Penitenciários (ASP) são profissionais que possuem funções complexas a serem desempenhadas no contexto prisional. Eles são encarregados do serviço de revistar presos e suas respectivas celas, familiares visitantes, conduzir os apenados internamente e externamente, além de realizar a vigilância intramuros, salvaguardando a sociedade civil. São profissionais que lidam com o apenado cotidianamente de maneira direta, sendo considerado por estes, o responsável da promoção da disciplina e manutenção do seu aprisionamento. Devido a conjuntura profissional que estão inseridos, esses trabalhadores estão frequentemente expostos

a diversas situações desencadeadoras de sofrimento psíquico, tais como, agressões físicas e verbais, possibilidades de rebeliões e motins, intimidações entre outros. A raiva é um sentimento de extrema importância para diversos profissionais, incluindo a dos ASP de Segurança Penitenciária, visto que, o seu manejo pode ser crucial no desempenho de suas atividades laborais. Desta forma, é notório a relevância da avaliação dos estados de raiva, tendo em vista, que o construto está relacionado a uma variedade de condições que podem vir a se tornar um obstáculo no desempenho efetivo e pleno das atividades profissionais. Tomando como partida tais pressupostos, buscou-se avaliar a raiva de um grupo de ASP da Grande João Pessoa. Além disso, valorar as possíveis diferenças entre os gêneros na intensidade e frequência da raiva, correlacionar tipos específicos de raiva dos agentes com as características sócio demográficas e realizar uma análise qualitativa das informações prestadas acerca da satisfação/insatisfação do desempenho na realização do trabalho dos ASP. Para a realização do presente estudo, participaram, livremente, da pesquisa 60 homens e mulheres ASP da Grande João Pessoa, Paraíba, Brasil. Os ASP foram avaliados por um protocolo constituído pelo Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido – TCLE, Inventário de Traço

Estado de Expressão da Raiva 2 (STAXI 2) e um questionário sócio demográfico que abordou temas relacionados ao gênero, nível socioeconômico, escolaridade, renda e estado civil, além de um questionamento aberto sobre a sua satisfação/insatisfação com o trabalho desempenhado. A partir das amostras analisadas, considera-se que os ASP demonstram a raiva de maneira satisfatória apesar dos eventos estressores que constituem o cotidiano de suas atividades profissionais. Além disso, não foi identificado diferenças significativas de expressão da raiva entre os gêneros. A correlação com a idade, mostrou-se significativa no Índice de Expressão de Raiva Para Fora. Na análise qualitativa percebeu-se que 28,4% dos ASP está insatisfeita com a infraestrutura do seu local de trabalho, além de 27,5% do grupo relatar sobre a falta de apoio da sociedade e dos órgãos responsáveis. Por fim, é de fundamental importância a continuidade do estudo, principalmente, no que tange aos outros índices do STAXI-2 e ampliação da amostra possibilitando a posteriori, uma prevenção e intervenção quando necessário.¹

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Prisional. Agentes de Segurança Penitenciária. Raiva.

INTRODUÇÃO

A Segurança Pública já adquiriu diversas facetas no decorrer da história, sendo incorporada a mesma o método punitivo. Segundo Foucault (1975) o método punitivo antecedente da era Moderna, tinha como característica principal o suplício. O corpo do apenado era sujeito à uma tortura estatal, configurando-se palco de execuções que glorificavam e exaltavam a força do absolutismo. Esse modelo punitivo produziu um fenômeno conhecido como expropriação do conflito, no qual não se responsabiliza em resolução do mesmo, mas une de maneira simbólica a culpa e o castigo (BATISTA, 2012). No período transitório do séc. XVIII para o séc. XIX emerge uma nova ferramenta punitiva nomeada de aprisionamento. Esse novo método busca alinhar a manutenção do corpo, pela privação de liberdade. Isso possibilita a certeza de ser punido como um fator que deve reorientar o homem frente ao crime. Assim, o objetivo não é mais expor fisicamente o apenado, mas é marcá-lo por toda vida através da condenação, como um sinalizador de negatividade social (Foucault, 1975). Dessa forma, surge a partir do aprisionamento o lugar de penalidade, com uma iniciativa de separar a sociedade do delinquente (CARVALHES; LIMA, 2010).

Ao assumir as características anteriormente comentadas, o cárcere fôra pensado de diversas formas. Seja como a configuração arquitetônica em que se encontra atualmente e suas divisões em setores, alas e etc, ou até mesmo o modelo panóptico. Esse último modelo, proposto por Bentham no séc. XVIII, fundamentava a construção carcerária sobre a ótica da inspeção, onde o controle se faz por meio da visibilidade total e permanente dos presos (BENTHAM, 2000).

¹ Pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao Projeto “Promoção da Saúde Mental em Agentes de Segurança Penitenciária”, desenvolvido no Laboratório de Avaliação e Intervenção Clínica Forense (LAICF/UFPB/CNPq), sob a coordenação e liderança da professora Carmen Amorim-Gaudêncio, PhD. O atual capítulo reproduz os resultados do plano IC “Avaliação da Raiva em Agentes de Segurança Penitenciária da Grande João Pessoa” editado e atualizado.

Possuindo como objetivo maior o papel ressocializador e não apenas o punitivo, o sistema prisional brasileiro na contemporaneidade apresenta uma diversidade de falhas (AMORIM-GAUDÊNCIO; RODRIGUES, 2017). Os problemas começam a partir da estrutura física dos estabelecimentos penais, com mínimas condições de higiene e salubridade. Além da existência de celas superlotadas, tornando as prisões um ambiente propício para a proliferação de doenças (ASSIS, 2007). Entre outros problemas, pode-se mencionar a ausência de um número suficiente de profissionais qualificados para desempenhar o suporte necessário ao sistema. Visto que, a maioria das prisões apresentam um quadro reduzido da sua equipe (agentes de segurança penitenciária, técnicos e auxiliares).

Além disso, segundo Massola (2001):

“Se o objetivo da prisão é possibilitar que, ao abandonar seus muros, a pessoa que cumpriu pena privativa de liberdade possa se reintegrar normalmente ao ambiente social do qual foi temporariamente excluída, ela deveria ensinar aos condenados sob sua guarda os comportamentos e atitudes que lhes possibilitem uma rápida adaptação ao mundo externo. A grande questão é que ao segregar as pessoas, ao fazer com que elas vivam separadamente sob o domínio de regras de disciplina que não existem, ao menos com a mesma intensidade, no mundo de fora, ela ensina aos condenados padrões de comportamentos adaptados à própria prisão mas que lhes serão inúteis e prejudiciais ao término da pena” (p.12).

Seja no modelo contemporâneo ou no protótipo arcaico proposto por Bertham, a manutenção do sistema penitenciário se dá por meio do corpo de ASP. Esses profissionais configuram-se em um elemento chave e indispensável que desempenha diversas atividades na instituição de custódia de presos. As histórias dos ASP, independentemente do tempo histórico vigente, possuem em comum um aspecto geral: o episódio de sempre serem associados à eventos de tortura, agressão e vigilância, exercendo um papel de promotor da adequação disciplinar e manutenção de uma determinada ordem social (LOPES, 2010).

A sociedade nunca se inclinou para uma maior valorização de uma maneira satisfatória os responsáveis pela vigilância e cuidado dos sujeitos desviantes (SILVA; AMORIM-GAUDÊNCIO; RODRIGUES; SANTOS, 2014). Os ASP no imaginário coletivo, são caracterizados como uma das mais indesejáveis profissões. São identificados como alguém propenso à corrupção e a participar de atividades ilegais junto aos presos (KAUFFMAN, 1988 apud LOURENÇO, 2010).

Os ASP são trabalhadores encarregados de revistar presos, inspecionar as celas, recepcionar e conduzir os familiares nas visitas semanais, escoltar os apenados, realizar a vigilância interna da unidade prisional e a promover a disciplina intramuros (FERNANDES et al, 2002). Além disso, também desempenham um papel importantíssimo no funcionamento das instituições prisionais, lidando cotidianamente e diretamente com a população carcerária e seus respectivos familiares visitantes. Esses profissionais desempenham atividades complexas que se configuram nas

especificidades de uma determinada instituição (BEZERRA et al, 2016).

Para Reis, Souza, Cardoso e Brito (2012):

“O efetivo exercício da função requer, pois, um engajamento e um compromisso para com a instituição a que pertençam, devem ter atitudes estratégicas e criteriosas, para corroborar com mudanças no trato do homem preso, e realizá-las com espírito de legalidade e ética. Todavia, em sua prática cotidiana, essa tarefa se revela extremamente complexa, na medida em que eles têm que tentar conciliar a necessidade de aproximar-se dos aprisionados com o intuito de identificar suas intenções para se antecipar as suas tentativas de fuga e mediar os conflitos entre os mesmos, bem como, têm que manter uma distância segura, a fim de que, como parte do staff da instituição, possam fazer valer as regras do estabelecimento e as determinações da direção da casa penal” (p.3).

Durante muito tempo, a essência da prática dos vigilantes do cárcere se manteve a mesma; porém, com o contexto histórico e as novas configurações do próprio sistema, foram adotando novas posturas e expectativas dos mecanismos ordenadores sociais sobre essa classe trabalhadora. De uma maneira geral, quase sempre esteve alinhada à figura do ASP a expectativa de que esses profissionais desempenhassem um papel educador, viabilizando algum tipo de mudança na população carcerária (LOPES, 2010).

Compreendendo o espaço “adoecedor” em que se inserem os ASP, além das desgastantes jornadas de trabalho e suas relações com o aprisionado, percebe-se que esses fatores podem desencadear consequências para esses profissionais. Além do mais, espera-se que o ASP mantenha uma postura de estado de alerta cotidiana, gerando assim uma carga excessiva de ansiedade e estresse, levando-o a um maior desgaste psíquico (BEZERRA et al, 2016).

O sentimento de raiva é uma reação emocional importante para determinadas atividades laborais, a exemplo da atividade desempenhada pelo corpo de ASP. Esse sentimento se faz presente devido as relações diretas entre os presos e os ASP, visto que, esses profissionais estão frequentemente expostos a diversas situações geradoras de tensão, situações ameaçadoras e agressões de diferentes tipos (SILVA et al, 2014; BEZERRA et al, 2016).

A alteração dos estados emocionais vitais do indivíduo sinaliza diversas informações indispensáveis a respeito da saúde mental do sujeito. Desta forma, nota-se a importância da avaliação desses estados de raiva, tendo em vista que esta emoção está relacionada a uma variedade de condições que podem vir a prejudicar o indivíduo, além do seu desempenho efetivo e pleno de suas funções (SILVA; CAMPOS; PRAZERES, 1999).

OBJETIVOS

O presente estudo teve como objetivo avaliar a expressão da raiva em ASP que desempenham as suas respectivas funções nos presídios e cadeias públicas

da grande João Pessoa, levando em consideração que a forma com que esses profissionais expressam esse sentimento cotidianamente pode ser de extrema importância em diversas situações relacionadas com a custódia de presos e com sua própria segurança. Além disso, buscou-se analisar as possíveis diferenças entre os gêneros na intensidade e na frequência da raiva; correlacionar as características sociodemográficas com tipos específicos de raiva e realizar uma análise qualitativa das informações fornecidas sobre as satisfações/insatisfações dos ASP frente ao trabalho realizado nas penitenciárias e cadeias públicas da Grande João Pessoa.

Teve-se como objetivos específicos:

- 1- Avaliar a raiva em agentes de segurança penitenciária; 2 – Avaliar as possíveis diferenças entre os gêneros na intensidade e frequência da raiva;
- 3- Correlacionar tipos específicos da raiva dos agentes com as características sócio-demográficas ; 4- Realizar uma análise qualitativa da informação prestada sobre a satisfação/insatisfação do desempenho na realização do trabalho dos agentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Apesquisa realizou-se atendendo a todas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos como previsto na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo é um dos eixos de um projeto maior de pesquisa intitulado “Promoção da saúde mental em agentes de segurança penitenciária” (AMORIM-GAUDÊNCIO, 2013) com parecer favorável do Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley (Nº CAAE: 17941513.9.0000.5183).

No que se refere à coleta de campo, realizaram-se visitas à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), com a finalidade de solicitar a análise de risco dos pesquisadores já que previamente o projeto tinha autorização de todas as instâncias (SEAP e Comitê de Ética). Foi informado a proposta completa à secretaria, assim como seu objetivo e características das coletas. Devido a conjuntura nacional (motins, rebeliões) em que se encontrava o Sistema Penitenciário Brasileiro, no fim do ano de 2016 e início de 2017, houve algumas adversidades frente à continuidade do projeto, mas passados alguns meses, a SEAP possibilitou a sua veiculação. Foram realizadas visitas semanais em dias úteis as seguintes penitenciárias: Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice, Penitenciária Desembargador Silvio Porto, Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão, Penitenciária de Psiquiatria Forense, Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, Penitenciária Padrão de Santa Rita e Cadeia Pública de Santa Rita. Como pode observar-se foi um estudo que exigiu a constância e resistência da equipe e principalmente do aluno PIVIC (Discente Voluntário da Iniciação Científica), para cumprir com os objetivos propostos devido a falta de recursos para transporte, alimentação e materiais de pesquisa.

No que tange aos sujeitos entrevistados, foi-lhes garantido uma participação voluntária, e seguidas todas as normas éticas por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e garantidas suas identidades.

Depois da coleta e organização do material foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa de uma amostra de conveniência de 60 ASP da Grande João Pessoa, Paraíba, Brasil, não adotando-se critérios para exclusão de gênero.

Os ASP foram avaliados através do Inventário de Traço-Estado de Expressão da Raiva 2 (STAXI-2) e do questionário sócio-demográfico, que abordava questões relacionadas ao gênero, nível socioeconômico, escolaridade, renda e estado civil. Além disso foi adicionado uma questão qualitativa que interrogava o ASP acerca da sua satisfação/insatisfação em relação ao trabalho exercido nas prisões.

O STAXI – 2 é formado por 57 itens, possuindo doze escalas, as quais pretendem avaliar o Estado de Raiva (ER), Sentimento de Raiva (E-SR), Vontade de Expressar Raiva Verbalmente (ERV), Vontade de Expressar Raiva Fisicamente (E-RF), Traço de Raiva (TrR), Temperamento de Raiva (Tr-TR), Reação de Raiva (Tr-R), Expressão de Raiva para Fora (ExRD), Controle de Raiva para Fora (CRF), Controle de Raiva para Dentro (CRD) e o Índice de Expressão de Raiva (IER) (SPIELBERGER, 2010).

As análises psicométricas foram realizadas através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 23.0. Os resultados foram organizados a partir de um banco de dados e foram feitas análises estatísticas descritivas, como média, mediana, desvio padrão, frequência, percentual e testes de diferenças de medias (*Teste U de Mann-Whitney*) e análises correlacionais mediante Coeficiente de Correlação de Pearson. Para as análises qualitativas descritivas utilizou-se o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (BARDIN, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise descritiva em relação a variável sexo dos agentes apontou que a amostra estava composta por 44 homens (74%) e 16 mulheres (26%). Referente a renda, 45% recebe cerca de 3 a 4 salários mínimos. Já no que diz respeito ao estado civil, metade da amostra (50%) era formada por sujeitos casados por primeira vez. Quanto a idade da amostra total, foi observado a média de idade de 41 anos, com um desvio-padrão de 8,5. No tocante a escolaridade, 51% (N=31) da amostra era constituída por ASP com curso superior completo, 16% possuía curso superior incompleto (N = 10), pós-graduação equivalente a 16% (N = 10) e Ensino Médio, 15% (N = 9). Os dados sociodemográficos podem ser conferidos na tabela abaixo (Tab.1.):

Grupo	N	Sexo	Média de Idade/DP/ Mx/Mn	Estado civil	Renda familiar	CRMP	Escolaridade
ASP	60	74 (H) 26 (M)	41/8,5/62/27	50 (CPV)	45 (3/4 SM)	70	51 (NS)

Tabela 1. Caracterização da amostra de ASP

Nota: Da esquerda à direita (ASP= Agentes de Segurança Penitenciária; N= Número de participantes da pesquisa; H= homens; M= mulheres; DP= Desvio Padrão; Mx= máximo; Mn= mínimo; CPV= Casados de primeira vez; SM= Salários mínimos; CRMP= Cidade de residência no momento da pesquisa; NS=Nível Superior). As frequências são informadas em porcentagens.

Para o referido estudo, os resultados observados a partir das análises, foram sistematizados e interpretados conforme a normatização do STAXI-2 e sua adaptação para o contexto brasileiro. Com isso, os dados obtidos foram comparados mediante a escala de percentil para a amostra total (SPIELBERGER, 2010).

A variável Índice de Expressão da Raiva (IER) para a amostra total (N=60), apresentou uma pontuação de 36,7 (DP= 11,8), considerada dentro da faixa normal. Pessoas que apresentam um escore alto no IER, experimentam um nível intenso de raiva, desencadeando um comportamento agressivo (SPIELBERGER, 2010). Na Expressão da Raiva Para Fora (ExRF), a pontuação foi de 14,7 (DP=3,6), considerada dentro da faixa normal, ou seja, os ASP evitam agressões verbais ou físicas em determinadas situações que podem favorecer o confronto direto (SPIELBERGER, 2010). No Índice Expressão da Raiva Para Dentro (ExRD) a pontuação obtida foi de 17,5 (DP= 4,9), também considerada dentro da faixa normal. Segundo Spielberger (2010), pessoas com pontuações elevadas sentem muita raiva, porém tendem a reprimí-las em determinadas situações ou contextos. O controle da Raiva Para Fora (CRF) dos ASP, obteve uma pontuação de 21,9 (DP=5,04), sendo interpretado dentro da normalidade. Assim, os ASP não parecem gastar uma grande quantidade de energia para prevenir sua expressão da raiva. Essa característica é vista como positiva pois uma excessiva passividade pode contribuir para outras consequências negativas à saúde como a própria depressão (SPIEBELGER, 2010). Por fim, o Controle da Raiva Para Dentro (CRD) revelou uma pontuação de 21,6 (DP=5,2), outro fator positivo para o grupo de ASP pois não demandam de muito tempo para de acalmar quando sentem raiva (SPIEBELGER, 2010). Dessa forma, os índices demonstram que os ASP possuem uma boa capacidade de desempenhar o seu papel profissional, seja no manuseio de armas de fogo, ou até na construção de estratégias para resolução de conflitos dos apenados (SPIELBERGER, 1999 apud MONTEIRO; SILVA, 2012)

Variável	N	M	DP
Índice de Expressão da Raiva (IER)	60	36,7	11,8
Índice de Expressão da Raiva Para Fora (ExRF)	60	14,7	3,6
Índice de Expressão da Raiva Para Dentro (ExRD)	60	17,5	4,9
Controle da Raiva Para Fora (CRF)	60	21,9	5,04
Controle da Raiva Para Dentro (CRD)	60	21,6	5,2

Tabela 2. Análise estatística descritiva das escalas IER, ExRF, ExRD, CRFe CRD

Nota: N= Número de sujeitos; M= Media; DP= Desvio-padrão

Para a avaliação de possíveis diferenças de gênero na expressão da raiva e

em outros índices do construto, utilizou-se o Teste de Mann-Whitney, teste não paramétrico para amostras independentes. Foi necessário a utilização desse teste, visto que, a amostra de ASP do gênero feminino (26%) era significativamente inferior ao gênero masculino (74%) (variável que não foi possível controlar já que em geral existem mais ASP masculinos nos presídios paraibanos. Para o IER, o valor da U foi de 34 ($p > 0,05$) apresentando uma diferença não significativa. Os demais índices da raiva apresentaram os seguintes resultados: Expressão da Raiva para Fora ($U = 28$; $p > 0,05$); Expressão da Raiva para Dentro ($U = 31$; $p > 0,05$); Controle de Raiva para Fora ($U = 33,5,00$; $p > 0,05$) e Controle de Raiva para Dentro ($U = 33$; $p > 0,05$). A partir dos dados mencionados, não foram observados valores significativos entre o grupo de homens e mulheres. Novos estudos na área com amostras maiores e homogêneas são indispensáveis para aferir alguma possível diferença existente no construto avaliado.

<i>Variáveis</i>	<i>N</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Idade do Agente/Índice de Expressão da Raiva (IER)	60	0,04	0,74
Idade do Agente/Índice de Expressão da Raiva para Fora (ExRF)	60	0,08	0,05*
Idade do Agente/Índice de Expressão da Raiva Para Dentro (ExRD)	60	-0,16	0,02**
Idade do Agente/Controle da Raiva Para Fora (CRF)	60	-0,10	0,04*
Idade do Agente/Controle da Raiva Para Dentro (CRD)	60	-0,09	0,04*

Tabela 3. Estatística de correlação entre variáveis sociodemográficas e o IER

Nota: N= Número de sujeitos; r= Correlação *r* de Pearson; * $p =$ nível de significância ($p \leq 0,05$)

Quanto à correlação entre os tipos específicos de raiva dos ASP com as características sócio-demográficas, observou-se que *r* de Pearson foi significativo quando correlacionado idade dos ASP e ExRF. Diante disso, entende-se que quanto maior a idade, maior a possibilidade de expressar a raiva para fora, fato que nos leva a pensar que pode haver um desgaste emocional com o passo do tempo na realização das tarefas que os ASP desempenham e isso poderia provocar-lhes consequências negativas para sua saúde física e mental. Esse fato poderia repercutir sobre o tempo de atividade profissional dos ASP em relação a idade de aposentadoria. Contudo, para comprovar esta hipótese seriam necessários estudos longitudinais ou com amostras mais heterogêneas onde diferentes grupos de agentes fossem comparados na expressão da raiva e em outras variáveis de saúde mental.

As correlações realizadas nos demais índices da raiva não apresentaram resultados significativos. Salienta-se a necessidade e outros estudos para verificar a

possibilidade da relação entre características demográficas e os níveis de expressão de raiva com amostras maiores de ASP, ainda que como sabe-se a realização de estudos dessa natureza implica varias dificuldades de acesso a essa população pelo contexto em que trabalham e das próprias características do tipo de atividade que desempenham, o que constitui uma barreira difícil de ser superada.

Na análise qualitativa sobre o discurso dos agentes em relação a sua profissão, cerca de 28,4% da amostra relatou sobre a dificuldade de exercer suas atividades devido a estrutura física dos presídios. Normalmente, os presídios apresentam uma estrutura física antiga, celas superlotadas, fornecimento de água comprometida entre outros problemas. Um estudo realizado por Jascowiak e Fontana (2015) mostrou que grande parte dos ASP descreviam que as condições de trabalho não eram boas, além dos materiais escassos e a estrutura física do presídio, também não recebem meios para o desenvolvimento do seu trabalho de maneira eficaz e segura.

Além disso, 27,5% dos ASP considerou a existência de falta de apoio do Estado e da sociedade em geral como um fator gerador de insatisfação frente ao trabalho. Esses resultados corroboram o estudo prévio de Silva et al (2014) realizado com uma amostra nacional, onde os ASP informam sobre importantes dificuldades para exercer sua função e pouco apoio estatal. O apoio social recebido dentro e fora da prisão pode diminuir os efeitos do ambiente e da tensão no trabalho. Os ASP que recebem também apoio dos supervisores relatam menos sofrimento psíquico e maiores níveis de satisfação (BEZERRA et al, 2016).

Finalmente, um 17,6% dos ASP considerou que a insalubridade dos presídios é uma variável geradora de insatisfação. Segundo Rangel e Bicalho (2016) a falta de condições de higiene e de ventilação, ensejam o aparecimento de doenças respiratórias e da pele, que acometem não só os presos, mas também os ASP. Adicionalmente, um 16,7% da amostra considera-se insatisfeito com o baixo salário recebido. Esse problema pode desencadear um stress mental, visto que, muitos ASP trabalham em dias de folga e costumam dobrar o turno, indicando assim um esforço para a melhoria salarial (FERNANDES et al, 2002). Além disso, 5,9% dos ASP reclama da falta de uma formação continuada para um maior preparo frente as adversidades cotidianas. Contudo, uma minoria de ASP (3,9%) relata não possuir nenhuma insatisfação ao desempenhar suas funções no trabalho.

CONCLUSÃO

Apartir dos resultados obtidos no estudo, foi possível compreender que os agentes de segurança penitenciária, expressam e experienciam a raiva de maneira satisfatória, apesar do ambiente estressor em que estão locados para o desempenho de suas funções. Destaca-se, que fatores sociodemográficos como a idade ou o sexo não demonstram ter uma influencia nos níveis de expressão da raiva. Atentando-se para o índice de expressão da raiva para fora, único significativo no trabalho. Entretanto,

como a amostra apresentada é de conveniência, ressalta-se a importância de replicar o estudo com uma amostra mais representativa da população da população alvo.

Devido ao contingente populacional minoritário de agentes de segurança penitenciária feminino, faz-se necessário um estudo adicional com amostras mais homogêneas para que possa estabelecer uma correlação de gênero mais forte.

A análise do discurso das categorias formadas, deixam em evidência o quanto necessário é a conscientização da população frente ao trabalho dos ASP, além de uma maior valorização dos órgãos reguladores dessa profissão. Além disso, denuncia a realidade cotidiana em que estão inseridos esses profissionais, muitas vezes expostos ao estresse, tensão entre outros desencadeadores de sofrimento psíquico.

Considera-se, portanto, necessária a realização dessas análises, sobretudo no tocante aos índices do STAXI-2 para com a população de ASP, já que poderão sinalizar e fornecer mais informação sobre a categoria, possibilitando assim uma futura intervenção que ajude na preservação da saúde mental de um corpo que contribui com seu trabalho para a manutenção da ordem social e para a ressocialização de pessoas que foram afastadas da sociedade por terem cometido crimes de diferentes características. Nesse sentido, evidenciar a realidade dos agentes de segurança penitenciária, possibilita um olhar mais crítico e humanizado sobre essa classe profissional, que ao decorrer da sua historicidade sofre com o preconceito da sociedade leiga e a negligência do Estado.

REFERÊNCIAS

AMORIM-GAUDÊNCIO, Carmen. **Promoção da saúde mental em agentes de segurança penitenciária (Projeto)**. Universidade Federal da Paraíba. Protocolo do SIGProj: 143271.654.127762.06032013. http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=143271. 2013-2014. Acesso em 16 de maio de 2019.

AMORIM-GAUDÊNCIO, Carmen; RODRIGUES, Diego Bezerra. Fragilidades do sistema prisional brasileiro. Um olhar sobre as rebeliões. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017, v.1. p.83.

ASSIS, R. D. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 39, p 74-78, out/dez 2007. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/949/1122>. Acesso em 08 de agosto.2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BATISTA, V. M. **Introdução à criminologia crítica brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte, 2000.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, July 201

CARVALHAES, F. F.; LIMA, E. C. S. Abrir e fechar cadeado: Análise das representações sociais de agentes penitenciários sobre o cotidiano de trabalho. In: **Anais I JORNADA INTERNACIONAL DE PRÁTICAS CLÍNICAS N CAMPO SOCIAL**. "DIÁLOGOS ENTRE A SOCIOLOGIA CLÍNICA, A

PSICOSSOCIOLOGIA E A PSICODINÂMICA DO TRABALHO”. Maringá, 2010. Disponível em:<ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/051.pdf> . Acesso em: 08 de agosto. 2017

FERNANDES, R. C. P; NETO, A.M.S; SENA, G, M; LEAL, A. S; CARNEIRO, C. A.P; COSTA, F.P.M. **Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador**, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, 1975.

JASKOWIAK, C. R; FONTANA, R. T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília ,2015 .

LOPES. R. O Cotidiano da Violência: O trabalho do Agente de Segurança Penitenciária nas Instituições Prisionais. **Psicologia para América Latina**, p.1-8, 2010.

LOURENÇO, L. C. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol.3, n 10 p. 11-31, 2010.

MASSOLA, G. M. **Sistema Penitenciário: Reforma ou Reprodução**. Um Estudo da APAC São José dos Campos. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTEIRO, N.; SILVA, D. Sobre o Conceito de Raiva e o Staxi-2. **Revista de Psicologia Militar**, n 21, p. 31-40. Lisboa, 2012.

RANGEL .F. M; BICALHO, P.P.. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. **Estud. psicol. (Natal)**, 2016.

REIS, J. F. G.; SOUZA, J. L. C.; CARDOSO, L. F.; BRITO, D.C. **Agentes prisionais: Percepções e conflitos de uma profissão de risco**. Teresina, 2012.

SILVA, D. R.; CAMPOS, R.; PRAZERES, N. **O Inventário de Estado-traço de raiva (STAXI) e sua adaptação para a população portuguesa**. Revista Portuguesa de Psicologia, [Lisboa], v. 34, p.55-81, 1999.

SILVA, E. M. L.; AMORIM-GAUDÊNCIO, C.; RODRIGUES, D. M. P.; SANTOS, P. L. Percepção do agente de segurança penitenciária acerca dos riscos decorrentes de sua atividade profissional In: XI Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica - IV Congresso Latino Americano de Avaliação Psicológica, 2014, Belo Horizonte. **Anais - XI Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica - IV Congresso Latino Americano de Avaliação Psicológica**. 2014.

SPIELBERGER, C.D. **Staxi-2 Inventário de expressão de raiva como estado e traço**. Vetor: São Paulo, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

Rui Maia Diamantino: É graduado em Processamento de Dados (1979) e em Psicologia (2007), ambas as graduações pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Arquitetura de Sistemas de Computação. Tem formação e experiência em teoria e clínica psicanalíticas. Exerce atividade clínica como psicólogo. É especialista em Teoria Psicanalítica pela UNIFACS (2004), mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2010), área de concentração - Psicologia Social e do Trabalho, linha de pesquisa - Cognição e Representações Sociais orientado pelo Prof. Dr. Marcus Vinícius de Oliveira Silva, doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2014), área de concentração - Psicologia Social e do Trabalho, linha de pesquisa - Indivíduo e Trabalho: Processos Micro-organizacionais, sob a orientação da Profa. Dra. Sonia Maria Guedes Gondim. É Professor Assistente da Universidade Salvador - UNIFACS, em Salvador, Bahia, onde leciona disciplinas da graduação, desenvolve atividades de pesquisa e extensão universitárias e participa do Colegiado de Curso do Curso de Psicologia. Ensina a disciplina de Psicopatologia da Psicologia do Trânsito na pós-graduação *latu sensu* de Psicologia do Trânsito na FTC, Salvador, Bahia. Integra o núcleo docente estruturante (NDE) do curso de Psicologia da Faculdade Santa Casa, também em Salvador, Bahia. Tem artigos publicados em periódicos e capítulos de livros sobre clínica psicanalítica, psicologia organizacional, envelhecimento e psicossociologia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

D

Desigualdade Social 47

E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

F

Formação de Leitores 126, 127

G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

M

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

S

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

T

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

V

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-595-2

